



ATA 002/2026

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e cinco minutos, realizou-se, de forma online, pela plataforma Google Meet <https://meet.google.com/yjh-zruv-tjz>, a reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social, com as seguintes pautas: aprovação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e reprogramação do recurso de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes os conselheiros: Wagma Reny Leite, Precila Silva Pereira, Sonia Maria Damião, Daniele Clarita Simoni, Michela Fonseca da Silva, Claudineia Lima Dantas da Silva, Débora Gabriela da Silva Pinto, Janaina de Aguiar Silva Pipoli, Mariana Gianneschi Demetrio, Luiz Antônio Lopes Garcia, e o presidente Amaury Ricardo Piccolo. Verificada a existência de quórum, o presidente, Sr. Amaury, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra à Gestora Executiva Sra. Eliane Lorencini Camargo. Passou-se à apresentação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). Explicou que o PMAS consiste no preenchimento do sistema do Governo do Estado com as informações referentes aos recursos estaduais transferidos ao município. Esclareceu que, nos anos anteriores, os valores já vinham previamente vinculados à proteção social básica, baixa, média ou alta complexidade. Entretanto, a partir deste exercício, o repasse será feito em valor global, cabendo ao município realizar a distribuição entre média e alta complexidade conforme as necessidades locais. Informou-se que os recursos serão utilizados para auxiliar no pagamento dos termos de colaboração e fomento firmados com as entidades socioassistenciais, sendo complementados com recursos do Tesouro Municipal quando necessário. Foi apresentada planilha demonstrativa contendo o valor total de seiscentos e quarenta e quatro mil reais referente ao repasse estadual para o exercício vigente, cuja destinação proposta é a seguinte: quatrocentos e sessenta e oito mil reais para o SOS Cristão; cento e nove mil reais para o Instituto Sítio Ágar; e sessenta e sete mil novecentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Esclareceu-se que tais valores representam apenas os recursos estaduais, sendo posteriormente inseridas as informações referentes aos recursos municipais e federais. Aberto espaço para dúvidas, a conselheira Sra. Débora questionou como é definida a classificação entre média e alta complexidade. Foi esclarecido que a tipificação segue normativas nacionais da assistência social e considera o tipo de atendimento prestado. Serviços de média complexidade atendem públicos específicos e demandam acompanhamento especializado, enquanto serviços de alta complexidade envolvem acolhimento institucional e proteção integral, incluindo moradia e cuidados contínuos. Foi explicado que entidades como a APAE realizam atendimentos especializados, enquanto o SOS Cristão executa serviços de alta complexidade, incluindo acolhimento institucional e Residência Inclusiva para pessoas com deficiência sem vínculo familiar, atendimento à população em situação de rua e abrigo emergencial em períodos de frio, o que justifica o maior volume de recursos. Após os esclarecimentos, não havendo novas manifestações, o presidente Sr. Amaury colocou



em votação a aprovação do lançamento do PMAS referente ao repasse estadual, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Em seguida, a Sra. Eliane explicou que a reprogramação se refere aos saldos existentes nas contas em trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e seis, que não foram utilizados no exercício anterior e devem ser reprogramados para utilização no ano vigente. Informou que há valores destinados à vigilância socioassistencial no montante de sessenta e oito mil novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos, sendo parte recebida no final do exercício anterior, o que impossibilitou sua execução, tornando necessária a reprogramação para dois mil e vinte e seis. Foi apresentado também o saldo de vinte e quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos, que será utilizado nas ações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nas atividades do Maio Laranja, campanha de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo oficinas e ações de conscientização. Na sequência, foi informado que o montante de setecentos e oitenta e um mil novecentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos permaneceu em conta, sendo que quatrocentos e noventa mil seiscentos e trinta e um reais já haviam sido aprovados anteriormente pelo Conselho e continuarão destinados às ações de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A conselheira Sra. Precila apresentou brevemente as ações realizadas, destacando atividades educativas com adolescentes nas escolas, capacitação de profissionais da rede e ações de conscientização no município sobre o combate ao trabalho infantil. Foi informado que as ações contam com o apoio da empresa Recrie e envolvem uma comissão intersetorial, ampliando o alcance das atividades. Também foi destacado que ações alusivas ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, em doze de junho, estão previstas. Eliane prosseguiu apresentando os valores destinados às entidades socioassistenciais, reforçando que tais recursos são complementares aos repasses municipais e federais, garantindo a continuidade dos serviços prestados: noventa mil reais para serviços de alta complexidade prestados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); sessenta e seis mil cento e quarenta e oito reais e sete centavos para serviços de média complexidade prestados pelo SOS Cristão – Residência Inclusiva; e sessenta e sete mil cento e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos para serviços de alta complexidade prestados pelo SOS Cristão – Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias. Foram apresentados ainda recursos destinados aos benefícios eventuais, incluindo auxílio-aluguel no valor de oitenta e dois mil duzentos e noventa e cinco reais e dez centavos e cartão alimentação no valor de vinte e três mil e vinte e três reais e oitenta e um centavos, administrados pelos CRAS. Também foram apresentados recursos destinados ao auxílio calamidade, utilizados para aquisição de itens emergenciais e manutenção de estoque preventivo para eventuais situações de emergência, no valor de cento e quatro mil cento e noventa e três reais e sessenta e oito centavos destinados ao auxílio-aluguel e setenta mil reais para consumo de itens de calamidade. Na sequência, foi informado

Avenida Eduardo Castro, nº 655, Vila São José – Tel (11) 4595-4008

Email: cmas.varzeapaulista@gmail.com

sobre recurso Superação aprovado em dezembro, destinado ao fortalecimento do Serviço de Proteção Social Básica, com previsão de investimento na melhoria da estrutura dos CRAS e ampliação do atendimento às famílias, no valor de um milhão oitocentos e trinta e oito mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos. Esclareceu-se que valores recebidos no final de dezembro e início de janeiro necessitam de reprogramação para execução em dois mil e vinte e seis, conforme deliberação anterior deste Conselho. Após os esclarecimentos, a presidência abriu espaço para dúvidas. Não havendo manifestações, a reprogramação dos recursos foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Sue Ane Bianca Santos, lavrei esta ata.

